

Montecitrus Participações Ltda.

CNPJ nº 51.817.112/0001-70

Balanco Patrimonial	Nota	2022	2021
Ativo/Circulante		328.483	184.390
Caixa e equivalentes de caixa	6 (a)	54.489	27.778
Títulos e valores mobiliários	6 (b)	83.094	39.203
Contas a receber de clientes	7	162.387	85.997
Instrumentos financeiros derivativos	8	7.076	
Adiantamento a fornecedores	9	16.364	26.741
Impostos e contribuições a recuperar	10	1.620	1.113
IR e CS	11	2.244	332
Outros ativos	12	2.328	3.166
Não circulante		40.086	52.673
Realizável a longo prazo		46.076	50.811
Adiantamento a fornecedores	9	2.129	219
IR e CS diferidos	11	2.384	5.476
Outros ativos	12	6.278	12.361
Impostos e contribuições a recuperar	10	31.188	32.754
Propriedade para investimentos	26	4.484	24
Imobilizado		1.485	1.774
Intangível		47	64
Total do ativo		374.569	237.063

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Saldo em 1º/01/2021	Capital	Quotas em	Reserva de	Lucros	Lucros
	Nota	2022	2021		
	25.436	(8.299)	2.968	98	104
Distribuição de lucros	16 (e)				
Lucro líquido do exercício		25.436	(8.299)	2.968	98
Saldo em 31/12/2021		25.436	(8.299)	2.968	98
Lucro líquido do exercício					
Saldo em 31/12/2022		25.436	(8.299)	2.968	98

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Montecitrus Participações Ltda. ("Empresa") está sediada em Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, em uma área de desenvolvimento econômico e comercial, possuindo quotas e terceiros para a comercialização no mercado interno dessas frutas "in natura". Os contratos mantidos pela Montecitrus Participações Ltda. com os seus fornecedores de laranja estabelecem que, para apuração do preço da caixa de fruta, consideram-se as receitas provenientes da comercialização da fruta, deduzidas as despesas inerentes, líquidas de valores recuperados, sendo de responsabilidade dos administradores da Empresa o empenho pela realização dessas operações nas melhores condições possíveis. Assim sendo, ao final do exercício social, é apurada pelo Conselho de Administração, com base nos resultados obtidos até a data, o preço provisorio da caixa de laranja para valorização do passivo com fornecedores, relativo às caixas de laranja já entregues. A determinação do preço final está sujeita a eventuais alterações que poderão ocorrer até o encerramento da safra (comercialização), o que ocorre, normalmente, até setembro do ano seguinte ao ano safra. Em 31/12/2022 e 2021, os passivos foram atualizados pela melhor estimativa do preço até a referida data. O preço da fruta "in natura" comentado anteriormente não é determinado no final da safra (meados de setembro do ano subsequente), com base na variação do preço do suco de laranja concentrado congelado (*Frozen Concentrated Orange Juice - FCOJ*) e suco de laranja pasteurizado (Not From Concentrate - NFC) no exterior e no rendimento industrial médio no período. A Empresa comercializa as frutas cítricas (laranja) com a Citrosuco S/A Agroindústria, com a Sucoitico Central Ltda. e com a Louis Dreyfus Company Sucos S.A. Em função dos contratos firmados para entrega de frutas conforme mencionado acima, a Empresa firmou contratos de compra de fruta "in natura" com produtores rurais, nos mesmos volumes contratados, a fim de garantir o cumprimento da obrigação assumida. A empresa detém, em sua estrutura, demonstrações financeiras li autorizada pela Diretoria em 16/03/2023. **1.1 Impactos da COVID-19:** No dia 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19, como pandemia, e desde então a Empresa vem tomando todas as medidas necessárias a prevenção, procurando atender solicitações dos órgãos de saúde dos governos Estaduais e Federais e pensando no bem estar dos colaboradores tem adotado medidas preventivas. A Empresa não sofreu impactos relevantes em 2022 e em 2021, de forma que não resultou em impactos na recuperação de caixa, estimativas contábeis, provisões e contingências, bem como, a provisão para perdas com contas a receber de clientes. Desta forma, a Diretoria entende que, na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, não há qualquer indicador de que a Empresa não manterá a continuidade de suas operações nos próximos 12 meses. **1.2 Gestão de riscos climáticos:** As empresas do segmento do Agronegócio estão sujeitas aos fenômenos climáticos no qual envolvem riscos de secas, incêndios e geadas. Entretanto, para mitigar os impactos no fornecimento de laranja, a Montecitrus realiza monitoramento com objetividade e tomada de decisões preventivas na operação junto aos fornecedores, com o que os pomares estão nas propriedades dos quotas e a baixa na produção pode acarretar com o não cumprimento de entregas de laranja junto aos seus clientes, com isso é possível diminuir consideravelmente os riscos de impactos relevantes. **1.3 Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções econômicas à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vista a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Diretoria da Empresa vem acompanhando todo o processo envolvendo tal conflito e até o momento não verificou impactos significativos em suas operações relacionado a tal evento. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Contábeis do Conselho CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 24. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração ao valor justo dos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa: • Alteração ao CPC 27 "Ativos Imobilizados", a alteração da entidade de decaimento do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Alteração ao CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão

Balanco Patrimonial	Nota	2022	2021
Passivo/Circulante		328.032	199.344
Fornecedores	13	251.660	120.923
Empréstimos e financiamentos	14	24.038	43.776
Instrumentos financeiros derivativos	8	301	1.698
Salários e encargos sociais		729	752
Impostos e contribuições a recolher		3.048	6.492
Adiantamentos de clientes	7	48.256	25.703
Patrimônio líquido		16.463,57	37.719
Capital social		25.436	25.436
Quotas em tesouraria		(8.299)	(8.299)
Reservas de capital		3.170	3.170
Lucros acumulados		26.230	17.412
Total do passivo e patrimônio líquido		374.569	237.063

Reserva de capital

Reserva de capital	Lucro na	Lucros
Correção	venda de	acumulados
	quotas	total
	104	90.046
	98	69.739
	104	(69.739)
	104	17.412
	104	37.719
	104	8.819
	104	26.230
	104	46.537

antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • Aproximamentos anuais - ciclo 2018/2020: CPC 48 - "Instrumentos financeiros" - esclarece quais taxas devem ser levadas em conta para análise de baixa de passivos financeiros. CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a empresa. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Diretoria da Empresa entende que não há julgamentos críticos na aplicação das práticas contábeis. Contudo, a administração entende que os julgamentos contábeis críticos em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: (a) **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 1, o preço de venda das frutas "in natura" é definido apenas no final do ano-safra corrente (meados de setembro do ano subsequente), com base na média ponderada dos preços praticados pelo comprador, na Europa e nos Estados Unidos. No caso do preço das frutas, as partes também levam em conta o rendimento médio industrial, ou seja, o número de caixas de laranja (padrão de 40,8 kg cada caixa) necessário para a produção de uma tonelada de suco e outros sólidos de laranja recuperados. No contexto descrito acima, a Diretoria reconhece suas receitas, mensalmente, pela melhor estimativa, até a definição dos preços finais. Essas estimativas consideram a média dos preços já praticados e até o encerramento do exercício atual dos rendimentos já auferidos, e a expectativa de comportamento para os preços e rendimentos a serem auferidos até o final do ano-safra, a qual é efetuada considerando os dados históricos e projeções de oscilações sistemáticas, além de outras informações que podem impactar o mercado. Em 31/12/2022, apenas como parâmetro de sensibilidade, se a estimativa feita pela Diretoria para o preço médio da tonelada de FCOJ apresentasse uma diferença de 10% acima ou abaixo do preço definitivo, a receita reconhecida no exercício aumentaria ou diminuiria em, aproximadamente, R\$ 57.859 (2021 - R\$ 37.176). (b) **Reconhecimento do custo:** Em linha com a sistemática de aplicação do referido método de laranja mencionada nas Notas 1 (a) acima, a Diretoria faz ajustes adicionais e aprova um preço provisorio para o reconhecimento do custo da fruta da safra corrente, com correspondente reflexo nas contas a pagar aos fornecedores, na data-base do balanço, as quais serão ajustadas pelo valor definitivo até o encerramento do período de comercialização da referida safra, em meados de setembro do ano seguinte. Em 31/12/2022, o referido preço provisorio estimado considera, principalmente, referências de mercado e a expectativa de comportamento desse mercado até o final da safra corrente, levando em consideração os custos históricos do setor. Apesar do nível de sensibilidade, se a estimativa feita pela Diretoria por ocasião do fechamento do balanço apresentar uma diferença de 10% acima ou abaixo do preço definitivo da safra 2023, o custo reconhecido no exercício aumentaria ou diminuiria em R\$ 54.754 (2021 - R\$ 30.192). (c) **Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** Na apuração do IR e CS sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Empresa avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Empresa deve considerar provisão para o referido risco tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Empresa, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **4. Gestão de risco financeiro:** A Diretoria tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de risco e controle apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A empresa adota, em suas normas e procedimentos de gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes a empréstimos e financiamentos, são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na assembleia de quotistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para a safra, baseadas, principalmente, no planejamento de produção da fruta e nas estratégias de comercialização. As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros como a Empresa administra a sua exposição.

(b) Passivos, conforme o balanço patrimonial:

Em 31/12/2022	Passivos ao custo por meio do amortizado		Total
	2022	2021	
Fornecedores	251.660	251.660	251.660
Empréstimos e financiamentos	24.038	24.038	24.038
Instrumentos financeiros derivativos		301	301
		301	301
	275.698	301	275.999
Fornecedores	120.923	120.923	120.923
Empréstimos e financiamentos	43.776	43.776	43.776
Instrumentos financeiros derivativos		1.698	1.698
	164.699	1.698	166.397

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

(a) Caixa e equivalentes de caixa:	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	54.489	27.778
Títulos e valores mobiliários	83.094	39.203
Contas a receber de clientes	162.387	85.997
Outros créditos	6.668	6.668
Depósitos judiciais e outros ativos	1.939	1.939
	225.483	90.170

(i) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com rendimentos que variam de 96,5% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (2021 - 100% do CDI). (b) Títulos e valores mobiliários:

Em 31/12/2022, a Empresa possui investimentos financeiros realizados na venda de títulos de dívida de curto prazo, com vencimento em 30 de setembro de 2023. Esses títulos originados nas vendas realizadas no exercício de 2023, serão originados nos próximos meses. A Empresa possui um componente de financiamento significativo, pois são liquidadas em prazo inferior a doze meses e não possuem juros, bem como não representam um valor fixo em caixa de laranjas a serem entregues. A Empresa não realizou o encontro de contas com os saldos de Contas a receber tendo em vista que os saldos de Adiantamentos a clientes registrados em balanço são condicionados a eventos futuros, decorrente de acordos comerciais realizados junto aos seus clientes e portanto a Empresa não tem o direito legal e executável de realizar compensação desses ativos e passivos financeiros, de acordo com o pronunciamento técnico contábil aplicável (CPC 39 - Instrumentos financeiros). Em 2022, a Empresa contratou instrumentos financeiros derivativos na modalidade Zero Cost Collar (ZCC), no montante de US\$ 55.887,00 em reais US\$ 5.104,40 foram liquidados durante o exercício de 2022, registrados contabilmente pelo seu valor de mercado (Market-to-Market). Esses instrumentos possuem um objetivo de proteção de vendas futuras, estabelecendo limites de flutuação aceitáveis para a cotação da moeda, e limitando ganhos e perdas no caso de o valor da moeda sofrer alterações nos próximos doze meses. Em 31/12/2022, a Empresa possui um contrato de hedge de câmbio em dólar (USD) pela variação do CDI, registrados pelo valor de marcação a mercado (Market-to-Market). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor justo dos ativos derivativos no balanço patrimonial. **9. Adiantamento a fornecedores:** Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima

Terceiros	2022		2021	
	16.523	15.300	16.523	15.300
Quotistas (Nota 21)				
	16.523	26.960	16.523	26.960
Circulante	(16.364)	(26.741)		
Não circulante	219	219		

Os adiantamentos aos fornecedores de frutas cítricas são concedidos a terceiros e quotistas, com base na expectativa de produção, e são amortizados quando da respectiva entrega da fruta. Os adiantamentos demonstrados no ativo não circulante são relativos às safras que se encerrarão após o próximo exercício. **10. Tributos a recuperar:** **2022** **2021**
Crédito presumido de IPI 30.928 31.139
ICMS a recuperar 260 1.615
Outros 1.501 1.113
Total 32.689 33.867
Circulante **(1.501)** **(1.113)**
Não circulante 31.188 32.754
O montante registrado como Crédito Presumido de IPI refere-se ao valor atualizado dos créditos reconhecidos em razão do trânsito em julgado em 31/12/2022, em função da decisão da Diretoria de 2021, e em 2020, 2021 e em 2022 (Nota 19). A Diretoria está solicitando o ressarcimento desses créditos em espécie, sendo que em 2021, houve o recebimento financeiro no montante de R\$ 13.695. A Diretoria estima que o saldo remanescente seja recebido em, até três anos e optou pela manutenção do montante integral no ativo não circulante em razão da incerteza quanto a realização de vendas de frutas cítricas nos próximos doze meses. Em vista da natureza do crédito, a Diretoria avalia a entrelaçação não há risco de não realização dos saldos registrados, no entanto não há como prever quando a acontecerá a realização, portanto os valores estão classificados no circulante. Os créditos de ICMS a recuperar são apresentados líquido de provisão para impairment na realização, no montante de R\$ 16.717 (2021 - R\$ 16.869), constituídos em razão de créditos simples de ICMS não passíveis de recuperação, em função da venda de laranja em função de ICMS, ou seja, a Empresa não possui débito de ICMS na venda de laranja. **11. IR e CS correntes e diferidos:** A Empresa utiliza a sistemática do lucro real para cálculo dos tributos sobre o lucro, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro, os saldos de IR e CS tem a seguinte composição:

Não ativo circulante - Antecipações:	IR	2022	2021
		1.244	392
Não ativo não circulante - Créditos diferidos, líquidos		5.684	6.289
Ativo de tributos diferidos			
Provisão para perdas na realização de ativos (i)	5.684	5.735	5.735
Resultado de operações com derivativos não liquidadas		553	6.289
Passivo de tributos diferidos			
Variação cambial tributada pelo regime de caixa (972)	(972)	(813)	(813)
Resultado de operações com derivativos não liquidadas		2.384	5.476
	(2.384)	5.476	

(i) Refere-se aos impostos diferidos incidentes sobre o desajuste sobre os créditos de ICMS, conforme Nota 14. A reconciliação das despesas com IR e CS para a alíquota efetiva é demonstrada como segue:

Resultado antes do IR e de CS	2022	2021
Alíquota máxima	14.072	26.322
	(4.784)	34%
	(470)	(8.949)
Reconciliação para taxa efetiva: Outros ajustes	(5.254)	(8.910)
IR e CS correntes e diferidos		34%
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro		34%

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL: (a) **Lucros auferidos no exterior:** A Empresa possui autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por sua controlada Montecitrus Holding BV, nos anos de 2007, 2008 e 2012 que, em 2022, montam a RS 96.292 (2021 - R\$ 90.701). A autuação para o ano de 2012 aguarda julgamento na esfera administrativa, enquanto as autuações para os anos de 2007 e 2008 já se encontram na esfera judicial, inclusive com decisão favorável aos interesses da Empresa em primeira instância e também em segunda instância em relação ao ano de 2007. A Diretoria, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende ser provável que as posições fiscais adotadas em discussão serão aceitas em decisão de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite > 50%), e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de

Demonstração do resultado	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	755.006	433.663
Custos das vendas	18	(749.634)	(395.201)
Lucro bruto		5.372	38.462
Despesas gerais e administrativas	18	(12.793)	(12.229)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	5.113	3.699
Lucro operacional		(2.309)	29.931
Despesas financeiras	20	(4.243)	(2.938)
Receitas financeiras	20	10.162	9.151
Instrumentos financeiros derivativos	20	10.463	(9.832)
Recultas financeiras, líquidas		16.382	(3.610)
Lucro antes do IR e de CS		14.072	26.322
IR e CS corrente	11	(2.162)	(5.862)
IR e CS diferido	11	(3.092)	(3.048)
Lucro líquido do exercício		8.818	17.412

Demonstração do resultado abrangente

Resultado líquido do exercício	2022	2021
Outros componentes do resultado abrangente	8.818	17.412
Total do resultado abrangente do exercício	8.818	17.412

serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e os preços de transação de ativos e passivos em mercados ativos de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são

→ **continuação**

derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado em "Resultado de operações com instrumentos derivativos". A Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuações na taxa de câmbio e nos preços das commodities e não são utilizadas para fins especulativos. A Empresa não adota a contabilidade de hedge. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significante de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência. **(d) Conta a receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Diretoria para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Diretoria mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **(e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seu valor residual estimado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edificações	40
Máquinas	10
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Empresa. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **(f) Ativos intangíveis:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos. As marcas são registradas ao custo e não são amortizadas. **(g) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **(h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Operações com bancos ou fundos de investimentos onde títulos a receber são dados como forma de pagamento (desconto de duplicatas), porém o risco da inadimplência não é transferido, são contabilizados no passivo de financiamento. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. **(i) Fornecedores:** Registrados pelo valor

Aos Administradores e Quotistas **Montecitrus Participações Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Montecitrus Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Montecitrus Participações Ltda. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à

Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma al-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Montecitrus Participações Ltda.

nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescido das variações cambiais, quando aplicáveis, incorridas até a data do encerramento do balanço. **(j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido na data das demonstrações financeiras. **(k) IR e CS sobre o lucro:** O IR e a CS, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são mensurados com base nas alíquotas vigentes (correntes) e com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias (diferidos) quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto ativo e passivo (correntes e diferidos), são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(l) Reconhecimentos da receita:** A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **Venda de frutas in natura:** A Empresa comercializa laranja in natura. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter o controle sobre o uso e destinação dessas frutas, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

terrativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia Montecitrus Participações Ltda. de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações fi-

ceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Conforme mencionado na Nota 1, o preço de venda das frutas "in natura" é definido apenas no final do ano-safra corrente (meados de setembro do ano subsequente), com base na média ponderada dos preços praticados do suco concentrado e congelado (FCOJ a 66 Brix) pelo comprador, na Europa e Estados Unidos. As partes também levam em conta o rendimento médio industrial, ou seja, o número de caixas de laranja (padrão de 40,8 kg cada caixa) necessário para a produção de uma tonelada de suco e outros sólidos de laranja recuperados. As notas fiscais são emitidas considerando o preço mínimo vigente nos contratos de venda. **(m) Reconhecimentos do custo:** Em linha com a sistemática de apuração do preço da caixa de laranja mencionada na Nota 1, a Diretoria faz estimativas e aprova um preço provisório para o reconhecimento do custo da fruta/matéria-prima da safra corrente, com correspondente reflexo nas contas a pagar aos fornecedores, na data-base do balanço, as quais serão ajustadas pelo valor definitivo até o encerramento do período de comercialização da referida safra, em meados de setembro do ano seguinte. Em 31/12/2022 e 2021, o referido preço provisório estimado considera, principalmente, referenciais de mercado e a expectativa de comportamento desse mercado até o final da safra corrente, baseada nas curvas históricas do setor. **(n) Demais receitas e despesas:** O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e os custos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o contratante. **(o) Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros para os quotistas da Empresa é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no momento em que a distribuição é aprovada por eles. **25. Alterações de normas contábeis que ainda não estão em vigor: Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis: De acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements"**, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do pas-

se, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevan-

sivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2024. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificar-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **26. Propriedade para investimentos:** O pronunciamento técnico "CPC 28 - Propriedade para Investimento" permite que a Empresa registre suas propriedades para investimento a valor justo ou de custo, devendo, neste último caso, divulgar o valor justo de tais propriedades em nota explicativa às demonstrações financeiras. A Empresa optou por manter suas propriedades para investimento registradas a valor de custo. Considerando a transação recente ocorrido sobre a parcela remanescente do imóvel a Diretoria estimou o valor justo da fazenda em aproximadamente R\$5.400.

Composição da Diretoria

Celso Ferreira Cerdeira
Eucledes Rodrigues Júnior
Valmi Lujan Júnior

Contador

Eucledes Rodrigues Júnior - CRC nº 1SP154310/O-6

te, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 16/03/2023. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/O-5; Marcos Franco Botelho - Contador CRC 1SP249995/O-8**